

O nacionalismo na *América Brasileira*: a questão da raça

CLARICE CALDINI LEMOS*

O período que compreende a Primeira República brasileira foi um momento de grandes transformações no Brasil e no mundo. No cenário internacional é o momento em que o imperialismo culminou com a Primeira Guerra Mundial, surgiram novas nações dos velhos impérios e novas ideologias que permitiram pensar esse momento de crise ocasionado por uma guerra cuja longa duração e as consequências ninguém previu.

No Brasil foi uma época tumultuada por crises econômicas e insatisfação com a recente República, marcada pela repressão aos movimentos populares, corrupção e desigualdade política entre os estados.

A Primeira Guerra Mundial teve um forte impacto sobre a intelectualidade brasileira da época, que, juntando o momento de crise com a decepção com a República, sentiu ainda mais a necessidade de pensar a nação brasileira. A influência francesa também contribuiu para o clima de tragédia que pairava no ar. O nacionalismo francês do final do século XIX e começo do XX foi marcado pela meditação sobre a decadência, uma ideologia defensiva que temia por seu patrimônio e buscava restaurar a grandeza do país (OLIVEIRA, 1990: 51). Esse aspecto “salvacionista” marcou a intelectualidade brasileira que, observando o fim da *Belle Époque*, empenhou-se na construção de projetos nacionais.

Segundo Daniel Pécaut o “processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento global e realizou-se sob diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal” (PÉCAUT, 1990: 24). Os grupos de intelectuais que se engajaram na análise dos problemas nacionais buscaram identificar os “males” da nação, através de diagnósticos da situação, e propuseram soluções.

Boa parte destes intelectuais manifestaram suas opiniões e análises através da publicação de livros e da colaboração em revistas. As revistas são locais privilegiados para o desenvolvimento de projetos literários, artísticos e políticos, por isso caracterizam-se como um excelente observatório de sociabilidade intelectual.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista financiada pela CAPES-DS.

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. (...) Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 1996: 249).

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é analisar o debate encetado na revista *América Brasileira* (1921-1924) sobre a questão da raça vista, sob a luz do nacionalismo da Primeira República, por estes intelectuais como elemento fundamental da nacionalidade brasileira.

A *América Brasileira* foi uma revista dirigida por Elysio de Carvalho (1880-1925) entre os anos de 1921 e 1924, com 36 números, e publicada no Rio de Janeiro. Seu objetivo está claramente colocado na contracapa: “*América Brasileira*, publicação como até hoje não teve o Brasil, resolveu a questão de possuímos uma grande revista de cultura e informação geral ao alcance de toda gente” (AMÉRICA BRASILEIRA, 1922: n.p.). O cabeçalho inicial em todos os números contém as seguintes designações: crítica e estudo dos problemas nacionais; defesa militar e econômica; resenha da vida internacional; e síntese das possibilidades e realizações brasileiras.

Este periódico contou com a colaboração de diversos autores brasileiros, europeus e da América Espanhola, entre os quais podemos citar Graça Aranha, Tasso da Silveira, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Rocha Pombo, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Rufino Blanco Fombona e Antonio Sardinha. Mário de Andrade publica suas “Crônicas de Malazarte” entre os anos de 1923 e 1924 nas páginas da revista.

Alguns artistas plásticos e gráficos também colaboraram com ilustrações, como Di Cavalcanti, Zina Aita, Jorge Barradas e Correia Dias; muito embora, Di Cavalcanti tenha feito a maioria das capas.

Bem diversificada, a revista abordava diferentes assuntos entre os quais arte, economia, política, história, literatura e notícias do meio nacional e internacional. Todavia uma das características mais visíveis da revista é a forte orientação de seu editor, Elysio de Carvalho, que imprime à revista suas ideias, opiniões e posicionamento político, dentre os

quais podemos destacar o nacionalismo panfletário, a lusofilia, o iberoamericanismo, a questão da raça, o autoritarismo e a defesa de um modelo de civilização ibérico para o Brasil (LEMOS, 2006; LEMOS, 2010). Todas estas características aparecem na revista como parte de um projeto nacional para o Brasil, todavia neste trabalho será apenas analisada a questão da raça.

As teorias raciais desenvolvidas durante o século XIX na Europa e nos Estados Unidos chegaram ao Brasil no fim deste mesmo século e tornaram-se muito presentes no pensamento da elite brasileira no início do século XX.

No decorrer do século XIX destacaram-se três escolas de teorias raciais. A escola etnológico-biológica sistematizou sua formulação nos Estados Unidos nas décadas de 1840 e 1850 e que ganhou importante apoio de Louis Agassiz (1807-1873), zoólogo suíço. Essa escola voltava-se principalmente para experiências antropométricas (tabelas de medidas cranianas, estruturas do esqueleto, histórico de doenças – segundo categorias raciais) que procuravam de algum modo provar que as diferenças físicas podiam implicar em outras diferenças, mais especificamente “mentais” (SKIDMORE, 1996: 66).

Uma segunda linha teórica foi a escola histórica, bem representada por Joseph Arthur, Conde de Gobineau (1816-1882), mas também por Thomas Carlyle, Thomas Arnold e Robert Knox na Inglaterra. As reflexões desses pensadores repousavam sobre a ideia de que as raças humanas podiam ser diferenciadas umas das outras e de que a branca era superior a todas. Confiavam, principalmente, na evidência histórica que comprovava por intermédio de etnógrafos e anatomistas as diferenças físicas entre as raças. Gobineau e outros participantes dessa linha teórica ajudaram a propagar na Europa a ideia de que a raça era o fator determinante da história humana.

O culto ao arianismo é propagado especialmente na Alemanha após a guerra franco-prussiana por diversos intelectuais, entre os quais o autor britânico naturalizado alemão Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), genro do compositor, maestro e ensaísta alemão Wilhelm Richard Wagner (1813-1883). “A impossibilidade da sua real verificação conferiu ao mito uma flexibilidade ideológica que o tornou aplicável até mesmo à Inglaterra, onde a crença da superioridade da raça anglo-saxônica tornou-se complementar ao arianismo, em si mesmo”(SKIDMORE, 1996: 67 e 68). A teoria valia-se da ideia de que o ariano tinha

alcançado o mais alto grau de civilização e que estava destinado, deterministicamente tanto pela natureza quanto pela história, a ganhar o controle do mundo.

Já a terceira escola de pensamento racial era o darwinismo social, cuja teoria podia ser utilizada pelas outras duas com pequenas concessões. Se a evolução das formas de vida natural eram consequência de uma sobrevivência dos mais aptos, logo as raças humanas teriam passado por processo semelhante no qual as raças “superiores” haviam predominado e as “inferiores” estariam fadadas ao desaparecimento.

O discurso desses pensadores europeus e americanos era voltado para a questão da degeneração racial causada pela miscigenação e pelo rótulo de inferior ou superior de acordo com a “raça”. O Conde de Gobineau¹, em seu *Essai sur l’Inégalité des Races Humaines* apontava o fator biológico e fisiológico como causa principal da decadência das civilizações. O tom pessimista e ambíguo da obra se deve ao fato de Gobineau considerar a mistura com outras raças o fator essencial ao desenvolvimento das nações, mas ao mesmo tempo o que as levaria à ruína (GAHYVA, 2006: 553- 582). Como a maioria de seus contemporâneos o autor também acreditava na superioridade da raça branca. Convém lembrar que, o Conde de Gobineau morou no Brasil como diplomata e que “malgrado o clima e os recursos naturais favoráveis, pensava ele que a população nativa estava fadada a desaparecer devido à sua ‘degenerescência’ genética” (SKIDMORE, 1996: 46).

Essas teorias já consagradas na Europa chegaram ao Brasil no final do século XIX, período em que temos dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso: o racismo e o liberalismo coexistindo de forma um tanto paradoxal. A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz chama atenção para as teorias raciais que frequentemente foram condenadas antes de serem compreendidas em “sua oportunidade e especificidade no âmbito de sua época” (SCHWARCZ, 1993: 15), enfatizando que é necessário compreendê-las também no seu movimento criador e nas apropriações que foram delas feitas.

O termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo

¹O Conde de Gobineau é tomado como exemplo por ter sido muito lido no Brasil e também por ser um dos mais conhecidos arautos das teorias raciais.

constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993: 17).

No último quartel do século XIX, caracterizado pela campanha abolicionista, pelo final da escravidão e pela realização de um novo projeto político para o país que culminou com a República, essas teorias pareciam uma alternativa viável para justificar o jogo de interesses que se articulavam, colocando em questão critérios para a cidadania e dando um suporte científico à manutenção de hierarquias ameaçadas por uma nova forma de organização social e econômica que surgia.

Entretanto, a contradição em adotar essas teorias raciais vindas da Europa estava na inviabilidade da nação brasileira, uma vez que todas apontavam a miscigenação como o fator que levaria à ruína. Segundo Schwarcz é na brecha desse paradoxo, que consiste em aceitar a existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento, que está a saída original encontrada pelos homens da ciência no Brasil.

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (SCHWARCZ, 1993: 18).

Quando a miscigenação começou a ser vista não tanto como um problema, mas como uma possível solução, o discurso eugênico² passou a estar presente na tentativa de mudar a feição da nação brasileira, envolvendo toda uma geração de intelectuais, políticos, educadores, religiosos, juristas, artistas, jornalistas, antropólogos, médicos, psicólogos. “A eugenia era tida como redentora da humanidade” (FLORES, 2007: 63).

² As teorias da eugenia têm sua origem no *Traité des dégénérescences physique, intellectuelles et morales* (1857) do médico francês Bénédict Morel e nas ideias de Sir Francis Galton, especialmente na obra *Natural Inheritance* (1889), na qual ele define eugenia como a “ciência do melhoramento do patrimônio hereditário” que “se preocupa em dar, numa certa medida, às linhagens mais adaptadas ou mais bem dotadas mais oportunidades em relação àquelas que o são menos” (GALTON apud DARMON, 1991: 195).

Se a fealdade, traçada nas tintas e na escrita do Brasil por viajantes e cientistas estrangeiros do século XIX, era representativa de nossa não civilidade e de nossa identidade às avessas, acreditavam estes intelectuais que a eugenia oferecia os meios para embelezar e aperfeiçoar nosso tipo étnico em formação. (FLORES, 2007: 63)

A descoberta da plasticidade do corpo, a fé na tecnologia do cultivo da raça, o medo da degradação, o sentimento de crise de identidade são sensibilidades que fermentam o imaginário político nos finais do século XIX e na primeira metade do XX, que se expressa na escrita traçada nos corpos para imprimir a nação (FLORES, 2007: 84).

Nesse sentido, o discurso eugenista também esteve presente como uma das vertentes que impulsionaram a política de imigração europeia, uma vez que a miscigenação com raças consideradas "superiores" salvaria o povo e, portanto, o país da degeneração. Convém ressaltar que um número significativo de membros da elite assumiu então um posicionamento a favor da miscigenação com o intuito de embranquecer a população brasileira, muito embora alguns autores, como Alberto Torres e Manoel Bomfim, refutassem essas teorias (SKIDMORE, 1996: 137), alegando que o problema brasileiro não residia na raça.

Assim como seus contemporâneos, Elysio de Carvalho, editor da *América Brasileira*, considerava a raça como uma característica fundamental da nacionalidade, mas não raça enquanto traços físicos e sim como o espírito, a alma, a "psyché" do brasileiro. O crítico Wilson Martins afirma, a respeito do tema, que "o pensamento de Elísio de Carvalho era, entretanto, mais complexo: o *brasileiro* não era o homem físico, mas o "indivíduo moral", que aqui se formou, distinto do português, do índio e do africano; "brasileiro", poderia tê-lo dito, era um estado de espírito" (MARTINS, 1996: 216).

Segundo Elysio de Carvalho,

a etnologia, ou a noção gobiniana da raça, nada tem que ver com as conclusões simplistas e pueris da antropologia, que tem tanta importância quanto a chamada psicologia experimental: a psicologia étnica não se vale dos materiais da antropologia científica para as suas sínteses e induções, porque, como diz Renan, a história humana não se reduz a uma simples questão de zoologia. O valor étnico

não se traduz somente pelos assinalamentos exteriores ou físicos dos povos e dos indivíduos, mas também e sobretudo pelos traços psicológicos. Não se reconhece o germano ou o latino pela forma craniana, pela cor dos cabelos e pela fisionomia, senão pelos atributos intelectuais, pelas suas aptidões morais, ou, melhor ainda, pela sua concepção de universo e da vida (CARVALHO, 1922a: n.p.).

A propósito das ideias de Gobineau, Elysio de Carvalho afirmou que o mérito da tese do autor, “fecunda em sugestões e ensinamentos de toda ordem, consiste em ter estabelecido o pathos psico-etnico da raça, sem o qual não se explicariam as ações humanas” (CARVALHO, 1922a: n.p.). Apesar do elogio, o escritor comungava das ideias de seus contemporâneos e compartilhava do otimismo em relação à miscigenação, que à seu ver não determinaria a ruína do Brasil. Neste sentido é importante ressaltar que Elysio de Carvalho também tenta validar as teorias raciais de forma a se adequarem à realidade brasileira, abraçando a contradição e buscando uma saída através desta.

O autor afirmava que o embranquecimento da população se daria devido à força do gene da raça branca e apesar de não fazer apologia à política de imigração em seus escritos, permite que a discussão sobre este assunto seja encetada na *América Brasileira*. No artigo *São Paulo e a Unidade Nacional*, Elysio de Carvalho citou um excerto do texto de Graça Aranha que alerta sobre os perigos de uma constante mestiçagem – mesmo com os próprios europeus –, uma vez que correr-se-ia o risco de perder as características nacionais quando da assimilação das características de muitas outras raças. Após concordar com a utilidade do estrangeiro para o “progresso material” do país, Graça Aranha afirmou: “mas a alma de uma nação não está num pé de café” (CARVALHO, 1922b: n.p.).

Cândido Motta Filho, no artigo *A eugenia e o problema imigratório*, alertou para a escolha do tipo de imigrantes que seria benéfico à constituição nacional.

Temos, desse modo, um problema em vista a realizar: fixarmos, de modo seguro, a política nacional de povoamento, evitarmos a imigração absorvente e adotarmos, como elemento colonizante, aquele mais adequado e mais amoldável que, sendo estrangeiro, torne-se gentio, que sendo imigrado, torne-se nacional (MOTTA FILHO, 1923: 319).

Segundo o autor, o imigrante deveria transformar-se em um ser nacional, aderindo à forma de ser brasileira e não impondo a sua cultura de origem. "Caracteriza-se, pois, o ponto de vista brasileiro: evitar raças fortes que nos façam fracos, raças que nos hão de levar para a morte ou para a escravidão" (MOTTA FILHO, 1923: 319). O autor coloca como exemplo de raças fortes os poloneses de Curitiba, os estadunidenses nas cidades de São Paulo, os alemães que habitam o sul do Brasil (Blumenau como exemplo) e os japoneses.

Sobre a imigração japonesa, o número 5 da revista, traz uma pequena seção na parte de *Comentários* na qual os imigrantes japoneses são elogiados por seus esforços e cultura, mas ao mesmo tempo são designados como imigrantes indesejáveis, pois não se misturavam com os brasileiros. "O caldeamento, aliás não aconselhável, não se daria nunca, por uma divergência fundamental entre as raças que não cruzam, de sorte que os nipônicos não tem a menor possibilidade de se fundir no conjunto nacional" (COMENTÁRIOS, 1922: n.p.).

Segundo Cândido Motta Filho,

o problema eugênico da imigração tem, pois, essa feição magna: - o tipo racial, o forte, o herói de Gobineau, é desintegrador e anárquico entre nós. (...) Indivíduos de organização física especial, inadaptável ao meio, ou torna-se superior a ele, e nesse caso o domina; ou torna-se-lhe inferior, e então se degenera. Não podendo aceitar o trabalho do campo, como operário, torna-se o fator das greves, o perturbador costumes da vida agrária. Na cidade dá-se o mesmo: - ou domina, tornando-se proprietário, comerciante ou industrial; ou perverte-se, tornando-se criminoso e viciado" (MOTTA FILHO, 1923: 319).

Para este autor o degenerado, o criminoso, o viciado, não era necessariamente oriundo da população negra ou mulata brasileira (vítima constante de preconceito), mas também da população estrangeira que não se adaptasse ao meio. A posição de Candido Motta Filho contrária à miscigenação indiscriminada, ainda que com a raça branca, é frequente nos artigos da *América Brasileira*, que buscam mostrar que a herança portuguesa já bastava como elemento "branco" na constituição do brasileiro.

Todavia, para Galeão Coutinho em *O problema imigratório no Estado do R.J.*, o autor culpou o atraso do estado do Rio de Janeiro, em relação à indústria e às melhorias nas lavouras, à população predominantemente negra e mulata, fazendo uma apologia às políticas

eugenistas e incentivando a imigração europeia a fim de renovar o "influxo de sangue europeu" (COUTINHO, 1922: n.p.). Embora todos os artigos que discutem a questão da raça sejam extremamente racistas, este artigo é um dos poucos que culpa a população negra e mulata por problemas nacionais, a maioria dos artigos busca relativizar as teorias sobre eugenia de forma a legitimar a miscigenação do povo brasileiro. Alguns autores chegam a afirmar que a população negra e índia tiveram algum tipo de contribuição para o brasileiro, ainda que em menor escala que o portugueses.

O elemento negro, não pode ser encarado de conjunto, como elemento retrogrado e venenoso. Como explicar a epopeia de Palmares, a 'Troia Negra', no dizer de Oliveira Martins? Como explicar a influência benéfica e decisiva de certos mestiços, oriundos da raça negra, na política e na arte brasileira?" (MOTTA FILHO, 1923: 320).

Victor Viana, por sua vez, compartilha da visão de Cândido Motta Filho de que o meio social e físico influenciaria no desenvolvimento de uma determinada "raça". Em *Bases da sociologia brasileira*, Victor Viana afirma que para estudar o brasileiro era necessário levar em conta os fatores geográficos, biológicos e sociais. "O que é preciso não esquecer é que o melhoramento da vida do homem animal, mas animal político, (...) dependeu, sempre depende e dependerá do conjunto das relações sociais e econômicas" (VIANA, 1924: 277). No artigo *A eugenia e o aperfeiçoamento da raça* o autor critica a eugenia afirmando que os seus efeitos eram tirânicos e contraproducentes, principalmente no que dizia respeito à esterilização da população considerada como racialmente inferior. (VIANA, 1924: 277)

Sobre a formação étnica brasileira, Albertino Moreira, em seu artigo *Porque ainda não somos brasileiros*, utiliza as discussões sobre a raça para fundamentar sua posição de que o brasileiro ocupa-se demais com o que ocorre fora do país, sem se interessar pelo que é produzido no país. O autor alega que em quatro séculos ainda não teríamos conseguido fixar um "tipo racial brasileiro".

Se ainda não fixamos nem os próprios traços do brasileiro, muito menos podemos fixar o brasileiro no solo em perfeita identidade, homem e natureza. É a força, o impulso desse sangue vadio, que lhe está até hoje nas veias que o impele sempre, se

não em corpo, ao menos em pensamento, para fora da pátria (MOREIRA, 1922: n.p.).

Sobre esta mesma questão da formação étnica brasileira, Elysio de Carvalho afirmou que:

não somos uma mistura, nem muito menos representativos de nenhuma das três raças, mas uma síntese étnica, que se operou logo anos depois da conquista quando os europeus que se encontravam no país se ligaram amorosamente com a gente bronzeada da terra, gerando uma raça indômita e audaciosa, dotada de uma energia heroica e de uma resistência formidável, que enquanto o português se deixava ficar no litoral, fascinado pelo oceano e cheio de nostalgia pela metrópole, penetrava no sertão bravio que abriu o roteiro para o Brasil imenso e de destinos sem limites (CARVALHO, 1922a: n.p.).

Embora Elysio diferencie o português que ficou na costa do brasileiro que penetrou no sertão, essa posição muda conforme aquilo que o autor deseja defender. À medida em que quer deixar clara a nossa independência dos portugueses, ele separa a população que permaneceu portuguesa em essência da brasileira, e à medida que busca apontar o brasileiro como uma raça forte que tem um futuro destinado à grandeza, ele resgata o elemento português como principal constitutivo da raça.

Como se pode verificar na citação ele não faz menção ao negro, apenas ao índio e ao branco. “Ao mameluco está reservado um lugar distinto em nossa etnologia, visto ser um tipo de fusão, que se tornou preponderante no caldeamento geral” (CARVALHO, 1922a: n.p.).

O mito de origem brasileiro na mistura das três raças (branca, negra e índia) surgiu ainda no século XIX quando da realização de um concurso pelo IHGB em 1844 que iria avaliar a melhor proposta de pesquisa e divulgação da história do Brasil. A monografia vencedora, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, do médico, botânico e antropólogo alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) vai lançar as bases da ideia de democracia racial no Brasil que toma força no século XX (LOSADA MOREIRA, 2008).

A visão otimista na formação étnica brasileira vai ao encontro da ideia de nação forte e povo vigoroso. Apesar de criticar em vários momentos o governo e expor seu

descontentamento com situação brasileira, boa parte dos artigos da *América Brasileira* são extremamente nacionalistas e apresentam o Brasil como um país de grande potencial, cujas riquezas naturais se bem exploradas viriam a desenvolver fortemente a economia, tornando o Brasil uma grande potência. Faz parte deste quadro um povo forte e virtuoso, cujo passado foi glorioso com batalhas, heróis e vitórias e que seria capaz de tirar proveito desse potencial. Dessa forma, não seria possível aderir completamente às teorias raciais que apontavam a mestiçagem como degeneração uma vez que a identidade do brasileiro cheio de virtudes formou-se também no seu passado.

Somos, portanto, até certo ponto, uma raça mestiça, mas o fato dessa mestiçagem, fenômeno biológico cujo determinismo podemos facilmente apreciar, não constitui motivo de vergonha nem de inferioridade, porque, em primeiro lugar não há raças completamente puras, à exceção dos semitas e, depois, misturadas foram e ainda o são na atualidade todas as raças que mais contribuíram para o esplendor da civilização e da cultura ocidentais (CARVALHO, 1922a: n.p.).

Em seu artigo *Transformações do pan-germanismo*, Elysio de Carvalho posicionou-se contra o culto ao arianismo

Antes de tudo, os pan-germanistas creem na suposta superioridade da raça alemã sobre as demais, por ser a única detentora das virtudes extremas do ariano, e pregam a germanização do mundo. Neste particular, nada mais fazem que repetir os sofismas de Lamprecht, Ammon, Chamberlain, Driesmans, Woltmann, Wolff e outros muitos pedantes teóricos do "teutonismo tentacular" (CARVALHO, 1923: 315).

Elysio de Carvalho acreditava na grandeza do gênio latino da qual o Brasil era herdeiro e posicionava-se contra uma possível germanização do mundo. O escritor bebeu na fonte das teorias raciais, mas negava o culto ao arianismo, afirmando que também as raças europeias se misturaram e nem por isso teriam deixado de contribuir para o "esplendor da civilização" ocidental.

Essa crítica à utilização das teorias raciais pelo pangermanismo aparece também em Oliveira Vianna no artigo *A Anthroposociologia nos Estudos Brasileiros* que abre a edição de

setembro de 1923 da *América Brasileira*. Neste artigo o autor versa sobre o equívoco causado pela má utilização das teorias de Le Gros, Lapouge e Gobineau pelos alemães, uma vez que os intelectuais brasileiros souberam desse debate sobre a questão racial entre franceses e alemães apenas através dos franceses e concluíram que a antroposociologia estaria morta. Na visão do autor, enquanto os franceses utilizavam esta “bela ciência” para encontrar a verdade, os alemães a utilizavam como base científica do imperialismo pangermanista, ou seja, como instrumento para a propaganda de um programa político. Essa discussão abarcaria a questão da superioridade dos povos germânicos sobre os latinos ou “mais particularmente – para colocar a questão no terreno incandescente da política pangermanista – a do alemão sobre o francês” (VIANNA, 1923: 243).

A disputa entre Alemanha e França remonta ao imperialismo territorial no século XIX com uma série de conflitos por terra. O pós primeira guerra foi especialmente traumático para a Alemanha que humilhada pela derrota sofreu amputações em seu território e duras sanções econômicas e militares nas cláusulas do Tratado de Versalhes. No lado francês procurava-se permitir à França indenizar-se com as riquezas do solo alemão para reativar sua economia, incluindo o tão disputado território da Alsácia-Lorena. Parcelas da população alemã engajaram-se contra as imposições do tratado visto que a miséria, o desemprego e a urgência da reconstrução do país eram questões de primeira ordem. Nesse novo panorama que se configurava no seio da República de Weimar, as teorias raciais continuariam a ser propagadas paralelamente ao revanchismo ocasionado pelo Tratado de Versalhes.

Em outro artigo para a *América Brasileira* publicado em fevereiro de 1924, Oliveira Vianna dissertou a respeito do problema da raça pura. Uma vez comprovado pelos autores franceses que não existiria uma raça pura (em razão do debate anteriormente citado entre franceses e alemães sobre raça), a questão da formação étnica deixaria de ser relevante. Oliveira Vianna refuta esta tese alegando que dada a mestiçagem haveria a preponderância do sangue de um ou outro tipo originário, nesse sentido é que se deveria entender a “raça pura” (VIANNA, 1924: 34).

Elysio de Carvalho tinha uma percepção parecida apesar de não falar em raça pura. Muito embora para o escritor a miscigenação tenha sido importantíssima para fazer do brasileiro o que ele é, “os glóbulos aristocráticos do celta-ibero' são preponderantes e se

avolumam ao lado da quantidade minúscula de sangue do africano e do gentio" (CARVALHO, 1922a: n.p.).

A nação brasileira, que se encontra no meio das vicissitudes do eterno fluxo e refluxo das migrações, é produto histórico da fusão gradual de três radicais étnicos distintos, e não resultado de obscuros instintos primitivos, mas é também obra do esforço e da vontade da raça branca, núcleo essencial e base da primeira em torno da qual se agruparam os materiais multicores que trouxeram os outros povos, e daí o segredo da quase perfeita unidade moral da nossa gente, que se caracteriza fortemente pela idealidade ariana e pelo contraste emotivo das duas outras raças, por mais estranha que esta afirmação pareça (CARVALHO, 1922a: n.p.).

Dessa forma, de acordo com o autor, quando do estado de síntese definitivo da raça brasileira, as duas raças “subalternas” seriam absorvidas pela branca ou eliminadas pela “seleção social e econômica se não se deixarem assimilar pelo núcleo racial preponderante” (CARVALHO, 1922a: n.p.).

Se o significado de raça estava atrelado ao indivíduo moral, a miscigenação do indígena, do negro e do português era um fator importante na construção da identidade nacional, mas ao mesmo tempo o elemento da mistura que prevaleceria era o do branco. Entretanto, apesar de enfatizar a importância do elemento português na forma de ser do brasileiro, a raça brasileira seria diferente da portuguesa como Elysio faz questão de frisar em diversos momentos. Ao mesmo tempo em que pregava a originalidade brasileira nascida da mestiçagem afirmava o elemento branco como preponderante.

Esse foco de Elysio de Carvalho no gene branco da nossa formação étnica está atrelado à ideia de que os brasileiros são herdeiros do gênio latino. Esta ideia foi corroborada por diversos portugueses, entre eles João de Barros que, no artigo *Patriotismo Brasileiro*, escreve:

Enquanto, por vezes, nós em Portugal discutimos se temos ou não uma origem étnica que nos permita considerar a nacionalidade um todo uno, eterno e diferenciado dos outros da população ibérica - o Brasil, pela pena dos seus mais altos escritores e sábios, afirma-nos essa crença e justifica-nos essa certeza. Para eles, uma das causas mais fortes da união e da coesão do seu vasto país, é, precisamente, a ascendência lusitana (BARROS, 1923: 244).

Neste sentido deve-se observar que quase todos os autores que escrevem sobre este tema na revista não são a favor de uma miscigenação indiscriminada, mesmo que com a raça branca, pois a seu ver o brasileiro já estava em um processo de formação que culminaria com o gene branco prevalecendo sobre os outros. O gene branco em questão é composto principalmente por elementos ibéricos, dos quais o brasileiro herdaria a forma de ser. Para Cândido Motta Filho o mestiço brasileiro tinha como característica fundamental a tendência ao aperfeiçoamento e todos os tipos de mestiços brasileiros "tiveram em quase sua totalidade, como sedimento originário, como fonte única, o elemento português, sadio e forte, de afidalgada e nobre estirpe" (MOTTA FILHO, 1923: 319). A preocupação com a continuada miscigenação seria a introdução de novos elementos europeus que se chocariam e diluiriam essa herança ibérica.

Desta forma, o forte nacionalismo que aparece nas páginas da *América Brasileira* é fundamentado, entre outras elementos, na questão da raça, através de discussões sobre imigração e eugenia, mas que buscavam legitimar a constituição mestiça do brasileiro. Brasileiro que seria embranquecido através do gene português, cujas características carregariam a vitalidade do povo brasileiro. A raça, portanto, constituiria uma das bases para um projeto nacional que alçaria o Brasil num novo período de prosperidade.

Referências bibliográficas:

América Brasileira. In: **América Brasileira**. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, jan. 1922, não paginado.

BARROS, João de. Patriotismo Brasileiro. In: **América Brasileira**, ano II, n. 21, set. 1923, p. 244.

CARVALHO, Elysio de. As transformações do pan-germanismo. In: **América Brasileira**, ano II, n. 23, nov.1923, p. 310-316.

_____. Graça Aranha e a Metaphysica Brasileira. In: **América Brasileira**, ano I, n.2, jan. 1922a, não paginado.

_____. São Paulo e o sentimento da Unidade Nacional. In: **América Brasileira**, ano I, n.4, mar. 1922b, não paginado.

Comentários. In: **América Brasileira**. n. 5, ano I, abr. 1922, não paginado.

COUTINHO, S. Galeão. O problema imigratório no Estado do R.J. In: **América Brasileira**, ano I, n.4, mar. 1922, não paginado.

DARMON, Pierre. **Médicos e Assassinos na Belle Époque. A Medicalização do Crime**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza**. Chapecó: Editora Argos, 2007.

LEMONS, Clarice Caldini Lemos. **A ideia de nação na América Brasileira**. Florianópolis: UFSC/Departamento de História, 2006 (Trabalho de Conclusão de Curso em História)

_____. **Os Bastiões da Nacionalidade: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho**. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-graduação em História, 2010 (Dissertação de Mestrado em História)

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 2006, p. 553- 582.

LOSADA MOREIRA, Vânia Maria. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. **Mem. am.** [online]. ene./jun. 2008, no.16-1, p.63-84. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-37512008000100004&script=sci_arttext. Acesso em 29/07/2009.

MOREIRA, Albertino. Porque ainda não somos brasileiros. In: **América Brasileira**, ano I, n. 6, mai. 1922, não paginado.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Volume VI (1915 – 1933). 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1996.

MOTTA FILHO, Cândido. A eugenia e o problema imigratório. In: **América Brasileira**, ano II, n.23, nov. 1923, p. 319-320

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2ª edição. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANA, Victor. A eugenia e o aperfeiçoamento da raça. In: **América Brasileira**, ano III, n.33, set. 1924, p.277.

_____. Bases da sociologia brasileira. In: **América Brasileira**, ano I, n. 9 a 12, Edição do Centenário, 1922, não paginado.

VIANNA, Oliveira. A Anthrosociologia nos Estudos Brasileiros. In: **América Brasileira**, ano II, n. 21, set.1923, p. 243-244.

_____. O Problema das raças puras. In: **América Brasileira**, ano III, n.26, fev. 1924, p. 34.